

As diferentes equipes editoriais que foram se sucedendo no decorrer desses 12 anos de existência da Revista Estudos Feministas garantiram a divulgação de parte significativa dos debates sobre os feminismos e sobre a perspectiva de gênero ocorridos no Brasil e no exterior. Este número procura manter-se fiel à tradição da Revista e contém várias contribuições que refletem sobre diferentes aspectos das realidades locais e dos processos regionais, sem perder de vista sua vinculação com os contextos mais amplos.

Na seção Artigos, inicialmente Kiran Asher problematiza os conceitos de etnia e desenvolvimento, analisando a dinâmica das organizações e das redes de mulheres afro-colombianas e revelando como são capazes de interferir nas iniciativas de desenvolvimento regional e nas lutas étnicas da região. Os resultados de uma longa e cuidadosa pesquisa de campo permitem à autora evidenciar que, ao mesmo tempo que vão sendo moldadas por esse desenvolvimento e por essas lutas, tais mulheres conseguem ultrapassar a retórica desenvolvimentista do Estado e os aspectos tradicionais dos movimentos sociais negros na região.

Refletindo sobre políticas públicas e programas governamentais, Marta Ferreira Santos Farah identifica várias iniciativas estaduais e municipais dirigidas às mulheres brasileiras nas últimas décadas, investigando em que proporção tais iniciativas sugerem um reconhecimento, por parte do poder público, das diferenças de gênero e em que medida as políticas “incorporam a perspectiva de gênero”. Assinalando as diferenças entre a “agenda de gênero” dos anos 1970, 1980 e 1990, a autora destaca as diversas diretrizes que orientaram a formulação das políticas no âmbito da violência, da saúde, dos direitos de meninas e adolescentes, da geração de emprego e renda, da educação, etc., estabelecendo distinções entre programas focados nas mulheres e programas mais próximos de um enfoque de gênero.

Marlene Tamanini, por sua vez, problematiza a noção de sexo biológico e as distinções entre sexo e gênero, através de uma discussão sobre os múltiplos aspectos éticos e bioéticos implicados no controvertido campo das novas tecnologias reprodutivas conceptivas. Esse estudo colabora, sem dúvida, para reflexões mais amplas sobre os limites e as possibilidades da ciência em contextos marcados pela ausência de suportes jurídicos. Tendo analisado os pontos de vista tanto de casais heterossexuais que se submeteram aos procedimentos de reprodução assistida, quanto de especialistas em reprodução humana no Sul do Brasil, a autora chama a atenção para um pressuposto que prevalece para ambos (casais e médicos): a essencialização da maternidade e do casal com filhos. Concluindo, a autora afirma que tal essencialização termina por submeter as mulheres a uma situação de vulnerabilidade e de indeterminação, ameaçando, inclusive, em alguns casos, sua integridade psicológica e física.

Finalizando a seção Artigos, Paula Regina Costa Ribeiro, Nádia Geisa Silveira de Souza e Diogo Onofre Souza verificam como a sexualidade vem sendo abordada nas salas de aula das séries iniciais, perscrutando as narrativas das professoras. Preocupadas/os com o papel que jogam as pedagogias escolares na constituição da sexualidade infantil, as/os autoras/es concluem que as narrativas resultam da transversalidade entre distintos discursos (“da biologia, das identidades de gênero e sexuais, da criança inocente e assexuada, da família, da proteção”), estando, no geral, impregnadas de interdições.

Na seção Ensaio, Hilan Bensusan filósofa sobre as maneiras como aprendemos a lidar com os nossos desejos, partindo do pressuposto de que esses desejos fazem parte de “uma arena política”, e justamente porque “são politizáveis” é que a libido “pode ser colonizada”. Tais pressupostos conduzem à definição de patriarcado como um “regime político acerca dos nossos desejos” que deve ser superado por agenciamentos mais livres, capazes de superar o “regime de heterossexualidade normatizada”.

A seção Ponto de Vista apresenta uma entrevista com Marysa Navarro, historiadora e presidente da Latin American Studies Association, sobre sua trajetória intelectual, sua peculiar inserção na academia norte-americana e seu encontro com o feminismo, destacando os aspectos inovadores de suas pesquisas sobre Eva Perón e sua curiosidade pelas especificidades dos processos históricos da América Latina.

O Dossiê aborda a situação das agricultoras no Brasil, iniciando-se com uma reflexão mais geral elaborada por Carmen Diana Deere sobre a luta das mulheres pelos direitos à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária. Os demais artigos exploram aspectos relevantes sobre gênero e agricultura, gênero e subjetividades, gênero e jornadas de

trabalho, trabalho familiar, o valor do casamento na agricultura familiar, relações de gênero entre sindicalistas, agricultura orgânica e novas ruralidades. Sem dúvida alguma, o conjunto desses estudos será de grande utilidade para as/os pesquisadoras/es e militantes da área, na medida em que apresentam novas idéias e suscitam novos debates.

Encerrando este número, as resenhas se encarregam de divulgar estudos recentes que abordam temas relevantes e variados: o desejo, a menopausa, o corpo, a imagem da mulher, a situação das trabalhadoras das minas de carvão e as histórias sobre aborto e infanticídio.

Levando em conta a necessidade de compartilhar com o nosso público leitor algumas das decisões mais importantes que a equipe editorial da Revista tem tomado nos últimos anos, sintetizamos a seguir as linhas gerais da política editorial, incluindo a divulgação e a comercialização. Alguns esclarecimentos sobre a proporção dos diferentes tipos de artigos, além de outras informações importantes, relativas às entrevistas e às resenhas, e à classificação da Revista nos Programas QUALIS das diferentes áreas da CAPES, também são brevemente mencionados.

Inicialmente, vale ressaltar que o caráter multidisciplinar da Revista permite que ela transite em diferentes áreas, configurando um público-alvo constituído por acadêmicas/os, intelectuais e militantes feministas, organizações não-governamentais e outras instituições. As contribuições da Sociologia e da Antropologia têm estado mais regularmente presentes, embora nos últimos anos observe-se um incremento gradual da participação de outras áreas, antes minoritárias e até ausentes. Por exemplo, ampliou-se o espaço da Literatura, dos Estudos Culturais e da Psicologia. Simultaneamente, contribuições da História, da Educação e da Filosofia começaram a aparecer, assim como discussões interdisciplinares sobre vários temas relevantes.

A política editorial da Revista tem se baseado em dois pressupostos: o reforço a esse caráter multidisciplinar; e a consciência de que a sua produção, na prática, significa atuar em rede com pesquisadoras/es e publicações da área. Por isso mesmo, os cinco eixos básicos dessa política são: *primeiro*, do ponto de vista editorial, garantir as condições de um maior equilíbrio entre as diferentes áreas disciplinares e, *segundo*, fortalecer o diálogo com os movimentos sociais. *Terceiro*, do ponto de vista do alcance da publicação, ampliar a sua visibilidade, as vendas e a divulgação, através da versão eletrônica da Revista e do intercâmbio com outras publicações feministas nacionais e internacionais, potencializando contatos já existentes e planejados de um modo mais racional desde março de 2002. Assim, a partir da vigência do *Projeto para o Desenvolvimento e Implementação da Revista Estudos*

Feministas Online e de um *Consórcio de Revistas Feministas*, financiado pela Fundação Ford, foram estimuladas novas parcerias através das possibilidades abertas pelo mesmo projeto, cujo término está previsto para agosto de 2004.

No âmbito desse projeto, vale lembrar que foram realizados dois eventos, ambos em Florianópolis, Santa Catarina: o *I Encontro Nacional de Publicações Feministas*, entre os dias 7 e 9 de agosto de 2002, e o *I Encontro Internacional e II Nacional de Publicações Feministas*, de 26 a 28 de novembro de 2003.

Nesses eventos, entre outros assuntos relacionados com as especificidades das publicações, debateu-se sobre as estratégias de divulgação e de comercialização, tendo-se chegado a um consenso de que ambas dependem da continuidade do Portal de Publicações Feministas e do Consórcio (ou Rede) de Publicações, visando, de um lado, à manutenção do banco de dados que está sendo implantado e que pode ser acessado, através da Internet, pelas/os pesquisadoras/es e, do outro, à garantia da presença das publicações impressas em eventos e outras iniciativas ligadas ao campo de estudos, agilizando sua comercialização. Medidas no sentido de sustentar a continuidade desse projeto já estão sendo tomadas, de modo a assegurar este *quarto* eixo da política editorial: o aprofundamento do diálogo com as demais publicações da área, tanto no âmbito nacional quanto no internacional.

Em *quinto* lugar, a política editorial em vigor considera que foram realizados significativos avanços no que se refere à visibilidade da Revista através da expansão dos indexadores, dez no total, dois dos quais conquistados em 2002: a Scientific Library Online (SciELO) e a International Bibliography of the Social Sciences/IBSS (London School of Economics, Inglaterra). Sem deixar de levar em conta a necessidade de ampliar a inserção da Revista em outros indexadores, vale a pena esclarecer que, no momento, os esforços da equipe editorial se concentram no atendimento às exigências da SciELO, as quais apontam para a necessidade de passar a produzir três números por ano, a partir de 2004.

A comercialização do produto impresso tem sido mais efetiva – em virtude das ações desenvolvidas no âmbito do Projeto Ford – nos eventos da área, ocasiões em que a Revista pode ser encontrada em estandes juntamente com outras publicações parceiras. A distribuição, nessas eventos, de folders contendo instruções e formulário de assinaturas tem favorecido a circulação da Revista. O número de assinaturas tem oscilado, permanecendo, desde 2001, entre um mínimo de 200 e um máximo de 350.

Consideramos que algumas informações sobre o montante e a proporção dos artigos devem ser também

transmitidas ao nosso público. Nos últimos oito números (volumes 8, 9, 10 e 11), editados a partir de 2000 na UFSC, verifica-se que, de um total de 111 artigos publicados, 90,0% são inéditos e 12,0% foram publicados em espanhol. O número de artigos recebidos chegou a 75 em 2002 (27 deles foram publicados) e 76 em 2003 (42 publicados, incluindo nove que chegaram em 2002 e foram reapresentados em 2003).

Do total de 111 artigos publicados, 40,0% apresentam e analisam os resultados de pesquisas empíricas atuais, dialogando com a literatura da área. Os demais (60,0%) dedicam-se a revisar a literatura, de modo a sustentar novos argumentos, suscitar novas questões e subsidiar os debates e os estudos de campo com bibliografia atualizada e diversificada. Ressalta-se como um dos pontos positivos dessa distribuição as possibilidades que têm as/os leitoras/es de encontrar estímulo e informação tanto para o desenvolvimento de pesquisas empíricas, quanto para a fundamentação de reflexões teóricas, podendo transitar entre uma coisa e outra.

Ressalta-se também que, a partir de 2000, a Revista editou entrevistas com expoentes internacionais da área, na seguinte ordem cronológica: James Green, Hillary Wainright, Ella Shohat, Jane Flax, Robbie Davis-Floyd, Judith Butler, Michelle Perrot, Angela Davis e Gina Dent, e Françoise Thébaud. Esse tipo de diálogo com a produção internacional é reforçado neste número com a já mencionada entrevista com Marysa Navarro. A maior parte dessas entrevistas (cinco) foi realizada pelas próprias editoras da Revista.

Vale registrar que, entre 2000 e o início 2004, foram publicadas 78 resenhas, sobre os mais variados livros publicados no Brasil e no exterior, o que representa uma média de 7,3 resenhas por número, permitindo às/aos leitoras/es informações cruciais sobre o fluxo da produção na área.

Por último, salienta-se que, coroando todos esses esforços, que não teriam sido possíveis sem o fundamental apoio do CNPq, a Revista Estudos Feministas vem obtendo uma alta classificação no ranking dos Programas QUALIS/CAPES, tendo sido recentemente considerada uma revista Internacional A nas áreas de Antropologia, Psicologia e História e Nacional A na área de Sociologia.

Informamos ainda que, entre janeiro e maio de 2004, a Revista continuou participando dos eventos da área, na maior parte deles em parceria com outras publicações, de acordo com os termos do projeto financiado pela Fundação Ford. Observamos que a Coordenação Editorial do presente número esteve a cargo de Luzinete Simões Minella, em parceria com Joana Maria Pedro, Dra. em História, Profa. do Programa de Pós-Graduação em História e do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. A partir do próximo número, a Coordenação Editorial será

assumida por Joana Maria Pedro e Susana Bornéo Funck, Dra. em Literatura de Língua Inglesa, Profa. da Universidade Católica de Pelotas e Profa aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina. Tendo em vista a saída de algumas das editoras das diferentes seções da Revista, para realizar estágios de Pós-Doutorado no exterior, comunicamos que serão promovidos alguns rearranjos nas editorias.

Finalizando, agradecemos a todas/os as/os colaboradoras/es que encaminharam seus textos para apreciação, bem como aos pareceristas *ad hoc* pelas críticas e sugestões que contribuíram para o refinamento das idéias apresentadas neste número. Manifestamos ainda o nosso reconhecimento a toda a equipe da Revista, ao Programa de Apoio às Publicações Científicas do CNPq, à Fundação Ford e às/aos nossas/os assinantes. A Tercília dos Santos, agradecemos sinceramente a autorização do uso da imagem de sua obra na capa deste número.

Luzinete Simões Minella
Joana Maria Pedro

Coordenação Editorial